

DIREITO AGRÁRIO CONGRESSO
BRASILIA 2002.
TEMA DIREITO AGRÁRIO E CIDADANIA

:

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA NO CAMPO

ELISABETE MANIGLIA DOUTORA EM DIREITO AGRÁRIO.
COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO DA UNESP CAMPUS DE FRANCA
PROFESSORA DA UNESP DE DIREITO AGRÁRIO MEMBRO DA
RENAAP.AVALIADORA DA SESu /MEC .MEMBRO DA ABDA .

Em tempos de esperança, onde o novo governo sopra ventos de democracia e pretensões de restabelecer a valoração do ser social participativo e detentor de direitos humanos, coteja-se nessa hora, traçar reflexões para o meio rural, carecedor há tempos de políticas que o posicione, frente aos seus desafios, descritos numa história de desigualdade, frente às políticas urbanas .

Já na década de sessenta Caio Prado Júnior,(1960) não cansava de clamar a necessidade de se estender ao rural as práticas agrárias essenciais, não só para o desenvolvimento do país, como para a valoração do ser humano . Para o pensador social: “os ínfimos padrões de existência de considerável parcela da população brasileira, se devia a grande concentração fundiária e a utilização da terra, em benefício de uma minoria reduzida, entrementes as cotas materiais e culturais não atingiam ao trabalhador rural.”

Transcorrido quarenta anos a nação assiste ainda a miséria, a fome, a concentração fundiária, o trabalho escravo, a violência que permeia parte do meio rural, em contraste com outro segmento agrário produtor, detentor de super safras, responsável por 45% das exportações, construindo o perfil do Brasil como participante ativo na Organização Mundial do Comércio(OMC) e detentor do perfil de maior produtor de grãos em nível internacional.

Não se pretende neste ensaio, desvalorizar os méritos atingidos pelos segmentos produtores agrícolas. Em parte, esse setor contribuí com avanço técnico

científico expressivo, tecnologia de ponta, galgando prêmios de produtividade e interesse internacional. Pesquisas e experimentos contabilizam vitórias brasileiras, como sem poder deixar de citar o açúcar orgânico produzido nas cercanias de Ribeirão Preto em SP, detentor de prêmios e aplausos dos países de primeiro mundo que invejam a arrojada empreitada produtiva.

Discute-se aqui, quais seriam os percalços a serem trilhados, para se promover, as múltiplas opções de transformação a serem instaladas nesse país, com o propósito de redução das desigualdades rurais, uma vez que a reforma agrária, eixo central de um programa político democrático, nunca deixou de fazer parte da contextualização dos discursos políticos, como vã promessa de democracia e luta social. O tempo se encarregou de reafirmar que as balelas políticas transformaram o meio rural num grande promotor de desavenças sociais, pleno de antinomias econômicas e detentor de graves conflitos que impedem a transformação social e a realização da cidadania plena, cantada na carta democrática de 1988. Fábio Alves (1995) descreve na seguinte frase:” A democracia preconizada na Constituição apresenta-se incompatível com a miséria , a exclusão e a marginalização de milhões de brasileiros sobretudo daquelas que vivem no campo.’

Os mecanismos de reforma agrária utilizados até então, não atingiram os preceitos legais . Em muitas situações fomentaram a implantação de favelas rurais e alteraram o cotidiano do homem do campo, com a crescente violência trazida a esse seio, que presenciou a morte de milhares dos seus, numa guerra de morte anunciada, cujas vítimas se contabilizaram em números apontados nas estatísticas internacionais de desrespeito aos direitos humanos. Os miseráveis mortos nos inúmeros conflitos por posse da terra e direito a vida tiveram seus nomes contabilizados pelo Estado como retrato da criminalidade rural, mas não motivaram decisões arrojadas por parte dos governantes. José de Souza Martins (2000) analisando a situação comentou : “O desentendimento transforma os pobres da terra em desnecessários e inúteis heróis sacrificais”

Mas não é só, a política social barata de redistribuir terra sem a mínima condição de dignidade é uma ofensa e incoerência ao significado da reforma agrária preconizada nos termos legais, fere a democracia, a participação política e o sustentáculo da característica peculiar do Estado Democrático de Direito. Marcelo Pedroso Goulart(2002 lembra que o projeto de democracia participativa perpassa toda a

Constituição e sua essência está sintetizada nos três primeiros artigos da Constituição que assim estabelece, de pronto em seu artigo 1^a, inciso terceiro, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, e no art. 3^o que objetiva: I. construir uma sociedade livre, justa e solidária, II. garantir o desenvolvimento nacional, III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Continuando no art. 170 apresenta que a ordem econômica[...] tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, e o art. 193 proclama que a ordem social tem [...] como objetivo o bem estar e a justiça social.

Dessa forma, no dizer de Juliana Lemos Silva (2002) o Estado Democrático de Direito, fundado pela Constituição Federal de 1988, é um estado político, social e economicamente democrático, que tem por objetivo a realização de uma democracia material (substancial, concreta) em contraposição à democracia puramente formal e abstrata do Estado Liberal de Direito, que se contenta com a igualdade formal de todos perante a lei.

Comungando nessa linha de raciocínio destaca-se a assertiva de José Afonso da Silva (1999) que afirma “Se a Constituição Federal de 1988 não promete a transição para o socialismo com o Estado Democrático de Direito, por outro lado é possível afirmar que ela abre as perspectivas de realização [ou transformação] social profunda pela prática dos direitos sociais que ela inscreve e pelo exercício dos Instrumentos que ela oferece à cidadania e que possibilita concretizar as exigências de um Estado de Justiça Social, fundado na dignidade da pessoa humana.”

Outrossim, anuir que as práticas governamentais trabalham nesse sentido de promoção social e dignidade humana no meio rural, promovendo o contido na Carta Magna, é desconhecer e anular a realidade do campo, que sem dúvida se constitui num dos maiores marcos de impasse a concretização da democracia social e econômica, cujo pilar é a arcaica estrutura fundiária, marcada pela grande concentração de terras, que desde os tempos coloniais acumula em paralelo a concentração da miséria e da desigualdade.

Alterar e produzir novos sistemas organizacionais no meio rural, não é só uma questão política, ou interesse de parte da sociedade, é uma verdadeira obrigação do ente público, cobrada pela cidadania de todos os segmentos sociais. Reforma Agrária é

do interesse de toda sociedade civil que deveria se mobilizar para tal, o que reflete nas ocupações de terra por parte do MST, que por via de seus protestos manifestam uma forma de expressão popular participativa na vida política do país na luta da efetivação do Estado Democrático de Direito.

Mas não é só, a busca pela concretização da dignidade é manifesta no anseio da luta pelo emprego, que desencadeia nas formas de reforma agrária que podem promover novas formas de estabilidade de construção de rendas. É sabido que o Brasil se urbanizou não pelas condições ofertadas pela demanda de emprego nas cidades, mas sim pela expulsão dos trabalhadores rurais do campo, o que reflete diretamente na dinâmica do emprego. As cidades incharam, o meio ambiente se desgastou pelo acúmulo e desrespeito aos zoneamentos urbanos e destruição dos mananciais. E, sobretudo o ser humano frente aos novos desafios sociais passou a aceitar formas degradantes de trabalho, de habitação, de enfrentamento da vida, face aos desafios que deparou nesse processo de sobrevivência. Mais uma vez a tão cantada dignidade passa a segundo plano, frente a necessidade da vida. Novamente o campo é visto como o grande causador do desemprego, mal que atinge até os países de primeiro mundo.

A estrutura fundiária erigida na forma da monocultura, emprega muito pouca mão de obra, ou se utiliza dos recurso de mão de obra sazonal, que desarticula a formação de empregos estáveis e, pior, acumula um potencial de trabalhadores sem identidade, que trabalham no meio rural e moram nas periferias das cidades. Hoje a máquina substituí grande parte desse contingente que então, sem alternativa de trabalho (nem ao menos trabalho penoso como o corte de cana) vive nas cidades, sem qualquer chance de emprego, vivendo dos expedientes mais variados inclusive a violência. Caminham para a marginalização e atingem índices abaixo da linha da pobreza. Ladislau Dowbor (1996) atribui grande parte dessa situação aos acordos triangulares, firmados entre os proprietários, o governo e as empresas multinacionais de implementos e insumos agrícolas que geraram ilhas de agricultura mecanizada, dispendo de computadores e aviões. Continua o autor afirmando que também a monopolização do solo agrícola como reserva de valor expulsou o trabalhador rural do campo, impedindo –os de criar médias e pequenas propriedades rurais.

Compartilhando das idéias citadas e ainda discutindo que afora esses fatores, existe a omissão dos juristas em difundir e fazer cumprir o real significado da função social da propriedade. Dessa forma, corroboraram para que as ilhas de riqueza

se instalassem no mar de pobreza rural. As intervenções mundiais, por parte dos organismos como a OIT, FAO clamam por intervenções firmes, tanto no setor urbano como rural, sendo que este, deve seguir orientações voltadas para a estruturação da agricultura familiar .

Todavia, numa perspectiva econômica, a agricultura familiar transparece como um óbice ao progresso e desenvolvimento nacional . Por força da interpretação errônea da lei, que reduz, em grande parte a análise da função social da propriedade, aos limites de produtividade e à grande economia de produção em escala, os proprietários rurais voltados para a obtenção fatorial dos lucros, permanecem na monocultura e a defendem como único meio de manutenção da economia rural para países em vias de desenvolvimento. Ao seu turno, o Estado entusiasmado com os lucros advindos do superavit da balança comercial, incentivam esses empresários rurais, que produzem safras recordes, canalizadas para a exportação e deixam perecer os pequenos proprietários e assentados, que ao desalento deixam suas terras em busca de outras atividades, gerando um ciclo de conflito social , desemprego baixa produção de alimentos para o consumo interno ,conseqüente aumento nos preços, que decorre em pobreza , desnutrição e falta de dignidade.

José Eli da Veiga (2000) constata que a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas regiões brasileiras , com especial destaque para o Nordeste. Comenta o autor que essa singela constatação parece ao menos estranha , num país onde se registrou uma das mais drásticas experiências de êxodo em direção as cidades . Por outro, isso indica que a manutenção do mesmo padrão de crescimento econômico, mesmo que venha bastante reduzir bastante a pobreza urbana do Nordeste, poderá não ter efeito equivalente sobre sua pobreza rural , a qual representa sozinha, dois terços da pobreza rural brasileira e um quinto da pobreza total .Não despreza o autor a análise da pobreza rural no segmento mais desenvolvido do país, chamando a atenção que essa pobreza tem fortíssima ligação com a agropecuária, que emprega muito pouco, se caracterizando de forma patronal.

Pouco difundida a agricultura familiar, não conta com o apoio institucional e nem ao menos com o interesse do dono da terra, que sempre que cabível, vende sua propriedade, ou ainda arrenda para os grandes produtores . Essa herança histórico cultural traz a marca do desprezo e intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra . Com exceção das colonizações celebradas pelos imigrantes

no sul do país e ainda, em regiões localizadas como o oeste de Santa Catarina, parte do Paraná e regiões localizadas no Rio Grande do Sul, as demais regiões estiveram ligadas a idéia do latifúndio retratando neste a importância da terra centrada no poder e boicotando as demais formas de acesso e exploração da terra. Houve no dizer de Veiga (Op.cit) : “um sombrio pacto para impedir que os negros e os imigrantes europeus e japoneses tivessem acesso a terra”. Somente após o crash de 1929 e a longa depressão subsequente, que permitiu que parte do colonato pudesse adquirir os lotes postos a venda por dono de terras arruinados . Paralelamente, formou-se um excedente populacional que logo passou a exercer forte pressão para se ter acesso á propriedade rural . Em 1960 as ligas camponesas nordestinas procederam na luta pela reforma agrária e no início da década de 80 o MST se formou com os mesmos ideais, clamando pela redistribuição democrática de terras, que historicamente sempre foi negado pela oligarquia rural .

A combatividade do MST, vem causando o assentamento de milhares de família, mas de uma forma tímida e ainda insignificante para o total de agricultores, que perderam suas terras pelo processo de capitalização do campo, pelo uso da monocultura que monopoliza mercados, centrando o cultivo e ainda por outros fatores como a construção de hidroelétricas, que alagaram grandes lotes agrários . As parcas verbas do PRONAF , não suficientes para a manutenção de dignidade e trabalho nos assentamentos . As verbas não são enviadas nos prazos certos para plantio, como também não atendem o desenrolar de atividades competitivas. Nessas condições é de se pensar que, o continuímos desses procedimentos inviabilizam qualquer chance do modelo familiar progredir . Propicia-se até pensar que essas atitudes são dolosas, para demonstrar que a agricultura familiar é inconcebível e o modelo patronal é o único capaz de ser aplicado nesse país. Ainda pensa-se que o modelo familiar é o do atraso. do caipira, da subsistência. Mas, não é raro queixar- se todos dos preços dos alimentos ingeridos dia a dia. O subsídio vai para a cana e a inflação decorre das altas do feijão .E a política agrícola permanece inalterada. Ou até melhor explicitando prefere-se importar alimentos básicos como o arroz, em lugar de providenciar condições de produzir, empregar , gerar empregos e melhoria para o campo.

. Outrossim, a fome aumenta dia a dia e no país das super safras o brasileiro passa fome . A revista Isto E , (6 de novembro 2002) trouxe dados assombrantes sobre a miséria do país : O Maranhão computa 63% de pessoas abaixo da

linha de pobreza , assim como outros estados nordestinos, com índices entre 60 % até 46% de pessoas nessa condição de desigualdade e miséria . Entrementes este é um país democrático

Findo no papel em 1888 , o trabalho escravo no Brasil, somente esse ano mais de trinta manchetes, estamparam trabalhadores em condições análogas as de escravo . Não mais a cor é o requisito para o homem ser escravo de outrem , mas a sua situação de miséria . Os órgãos oficiais como OAB e Ministério da Justiça ao menos tem condição de estipular quantos são os trabalhadores nessas condições . O primeiro diz sobre 15 mil pessoas e o segundo estima em 2,5 mil. Foram libertados somente em 2002, 1149 pessoas do jugo de seus senhores , em sua maioria ricos e poderosos latifundiários no ramo da madeira , da exploração castanheiro , na cana de açúcar e ou em simples atividades agro pastoril. Os programas de combate instituídos pelo governo libertaram pessoas, mas não puniram a contento os mantenedores dessa prática criminal . è necessário pressionar o Congresso para que aprove e faça ser cumprida a lei que confisca as propriedades onde os trabalhadores estão retidos como escravos .

Incentivar a produtividade é um mérito mas defender a dignidade do trabalhador é outro, entrementes de mais valia, todavia na função social da propriedade, sob a análise crivo legal, determinadamente passa a segundo plano . Se a propriedade é produtiva ótimo essa é legalmente protegida . Afinal produção é lucro é renda , trabalhador desamparado não tem importância . Será que esse seria o raciocínio simplista de nossos administradores para efetivar a desapropriação ? Quantos casos há nesse contexto ? quantas propriedade foram desapropriadas face ao trabalho escravo nela encontrado ? Segundo dados publicados no Jornal Estado de São Paulo em outubro desse ano somente três pessoas foram condenadas pelo delito tipificado no artigo 149 do Código Penal e que combinado com outros dispositivos relativos aos crimes contra a organização do trabalho , podem resultar em pesadas penas de prisão. Até na hora da punição surgem debates sobre quem deve punir A Justiça Federal ou a Estadual e tudo faz criar debates que emperram a punição quando esse debates deveriam concentrar forças para erradicar essa vergonha nacional.

Na construção da democracia não se pode deixar de mencionar que as crianças do mundo agrário são as mais desrespeitadas em seus direitos. São estas que a partir dos seus quatro anos começam a lida junto dos país que sem recursos ou condições de manter suas lavouras trabalham semeando , arrancando matos , adubando

plantações ou ainda cuidando de gado. O programa bolsa escola foi sem dúvida um alento , mas falta muito para atingir as metas democráticas e a participação cidadã , dessas crianças que caminham ainda na dúvida de seu futuro .

Não se espera milagres, para o próximo governo, mas espera-se investimentos sociais. Lembranças para o campo e não só dados estatísticos . O MST em balanço feito na semana do início de novembro de 2002 aponta o prejuízo : enquanto milhares de pessoas foram assentadas, outras milhares deixaram os assentamentos sem condições de sobrevivência, e outras tantas em igual proporção, perderam seus empregos em virtude da mecanização da agricultura monocultural e da pecuária extensiva .

O jogo de cena da reforma agrária continua . O Banco da Terra foi mais um paliativo, para se evitar mexer na concentração de terras , outras falácias virão , se o jogo não for invertido e, como cita Fábio Konder Comparato (2000): “Como ninguém mais pode fingir ignorar que os atuais governantes , com raríssimas exceções, são simples mandatários(para não usar outra palavra mais apropriada) das forças dominantes internas e internacionais”, não haverá solução .

As expressões democráticas do país são reprimidas e não podem lutar pelo interesse do povo .A cidadania ameaçada não tem outra voz senão a urna (ótimo quando esses resultados dão certo) e os movimentos sociais. No dizer de Glória Chon , a sociedade passou a acreditar muito mais e crer nos movimentos sociais, descreditou da política , dos políticos e das ações do Estado em geral. Grupos cada vez mais crescentes passaram a depositar fé em sua capacidade de atuação independente e fazer suas próprias políticas a partir da busca de seus direitos.. O Pluralismo Jurídico ganha espaço e credibilidade contra um monismo rançoso e obsoleto. José Carlos Garcia (1999) comenta : “Imersa neste emaranhado de relações de poder, a luta pelo reconhecimento de sujeitos sociais não se pode fazer, ela própria ,sem desafiar estas mesmas estruturas de poder, quando a quem o rosto e a voz foram negados por muito tempo, ergue-se e grita.”

O Direito instrumento poderoso de mudança não se deve preocupar com a lei fria , com os despachos emitidos por detrás de uma mesa . O agente social provedor de mudanças, deve entrar na realidade social e buscar mudanças, quer na lei, quer na exigência de seu cumprimento , quer na formação de seus operadores.

Isto posto , a guisa de conclusões propõe se de imediato repensar o Direito Agrário. Refletir sobre seu ensinamento, nas Universidades, na prática forense, na produção de seu objeto e por fim na sua finalidade de ciência jurídica que desde os primórdios ambiciona a Justiça . Do modo como esta sendo conduzido em parte o Direito Agrário, neste país, vê-se ameaçado seu princípio basilar : A Justiça Social.. O espírito dos Direitos Humanos firmados nos direitos de quinta geração cuja base é a solidariedade se faz hora de integrar os conteúdos agrários. Buscar democracia no campo e efetivação de Justiça perpassa por um caminho constitucional , Perpassa num rearranjo econômico , percorre menos ambição e mais cooperação . Este é o fato social que deve ser visto posto e analisado . A partir de sua análise e valoração que devem ser edificadas as normas aplicáveis para a sociedade. Não se deve construir leis vagas imprecisas , abstratas firmadas em interesses de grupos. O homem do campo merece por toda injustiça sofrida uma reparação plena dos males a ele causado. A sociedade urbana deve integrar essa luta, todos devem participar e ser chamados por nós , conscientes desses débitos.

Construir a democracia não é simplesmente criar leis e deixá-las a guisa do judiciário . Democracia é participação é igualdade de oportunidades é luta constante para a efetivação de direitos , que são conquistados por um povo que pensa e sabe o que é conveniente para ele. Construir democracia no campo é fazer valer do cumprimento da Magna Carta , no seu teor máximo , no cumprimento da distribuição de justiça , na reforma agrária que não só divide terras ,mas sim reforma que oferece oportunidade de fazer o homem permanecer nessa terra , com dignidade. Democracia no campo não é favor concedido pelos governantes, mas sim obrigação, dever constitucional de dar terra. Política agrícola e subsídios caso necessário. Democracia no campo é eliminar de uma só vez e com punição a chaga do trabalho escravo.. É incentivar a agricultura familiar, oferecendo a ela crédito real e apoio produtivo. Democracia se faz reservando para os “com fome “ , parte dos alimentos aqui produzidos , sem pensar nos infundáveis cálculos produzidos pelo êxito das exportações .O pobres do campo nunca foram mercedores da democracia cantada em verso e prosa nas tribunas . A resposta de tal feito veio pelos movimentos sociais e pela eclosão dos que ainda acreditam numa sociedade melhor. Não adianta a abnegação dos que elaboram leis a serviço dos poderosos . é sabido que essas leis não serão cumpridas . Ihering já atribuía o Direito a insígnia da luta constante portanto :

Já se faz tempo e hora do Direito lutar pelo injustiçado, já se faz hora de matar a fome dos milhões de brasileiros . Não se pode mais pensar em democracia num campo, que ainda produz cadáveres em serie, na luta pela terra. Os operadores do Direito, a sociedade consciente, os sindicalistas, as organizações solidárias são os agentes sociais para mudar esse país . Passar nosso país para democracia plena perpassa sem dúvida pelo campo, pelo alimento, pelo trabalho pela erradicação da fome . Esses fatores somente serão conseguidos com Reforma Agrária, participação cidadã e ampliação política nas decisões Estatais. Nós agraristas somos responsáveis por essa luta principalmente quando ensinamos, construímos e formamos opinião na Universidade. A academia será amanhã responsável pelos destinos do país. Começemos de já a reflexão, se ainda ela não foi suscitada..

Bibliografia

A CHAGA DO TRABALHO ESCRAVO . Jornal o Estado de São Paulo. 12 de outubro de 2002 .editorial p3.

ALVES, Fábio. Direito Agrário ; Política Fundiária no Brasil . Belo Horizonte : Del Rey .1995.

COMPARATO , Fábio Konder. Trabalho com capital In: Folha de São Paulo : Quarta feira 1ª de novembro de 2000.

Cunill, Núria . Participacion Ciudadana .Caracas : Clad.1991.

DOWBOR , Ladislau .Políticas Municipais de Emprego São Paulo Revista Polis, nº25 . 1996.

GARCIA , Jose Carlos . De sem rosto a cidadão .Rio de Janeiro: Lumen Juris .1999.

GHON , Maria da Glória . História dos Movimentos e Lutas Sociais.A construção da cidadania dos brasileiros .São Paulo : Loyola .2002.

GOULART, Marcelo .Ministério Público nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural. In. Strozake Juvelino (org.)Questões Agrárias. São Paulo: Método 2002.

MARTINS José de Souza. Reforma Agrária O impossível Dialogo. São Paulo: Ed.USP .2000.

MANIGLIA , Elisabete . O trabalho rural sob a ótica do Direito Agrário. Uma opção ao desemprego no Brasil . Franca : UNESP 2002.

Quem tem fome tem pressa : São Paulo: Revista Isto É . 6 de novembro de 2002 .

SILVA , José Afonso .Curso de Direito Constitucional Positivo 16ºed.São Paulo : Malheiros .1999...

SILVA , Juliana Lemos da. Ocupações de terra e estado democrático de Direito . Trabalho apresentado em conclusão de curso na disciplina de Direito agrário . Franca: UNESP 2002.

VEIGA , José Eli da . Pobreza rural , Distribuição de riqueza e Crescimento : a Experiência Brasileira . In. Revista Nead 2 Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário.2000.